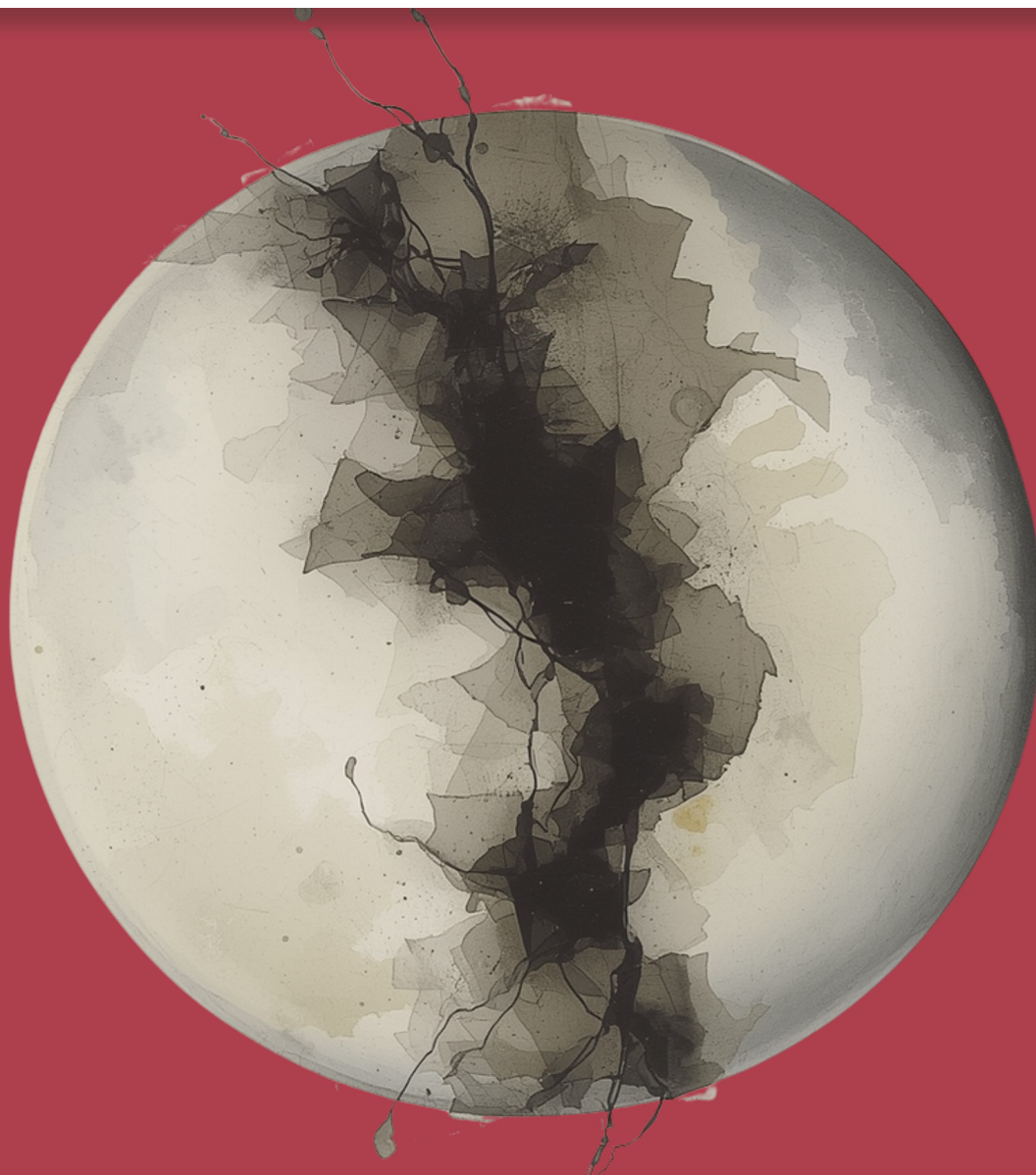


INTERVALO ANALITICO



MATÉRIA DA CAPA

Travessias

“Como disse um editor de Cinema sobre seu trabalho, poderíamos dizer sobre o nosso: ‘Nós damos sentido aos sonhos de outras pessoas.’”

Por Carlos Tamm
Página 4

FAZENDO PARTE DA NOSSA HISTÓRIA

O analista e a análise de crianças

“Com adultos ou crianças, a transferência será nosso campo de ação, dentro de regras: a transferência é íntima sem intimidades, espontânea sem histrionismos e coloquial sem banalidades.”

Por Maria Inês Neuenschwander Escosteguy Carneiro
página 5

PSICANÁLISE & CIA

Alberto Piña Rodrigues

“O desafio atual é sustentar a fronteira entre o sofrimento psíquico produzido pelo contexto e os transtornos do neurodesenvolvimento, evitando tanto a banalização do diagnóstico quanto a negligência de quem, de fato, precisa de cuidado.”

Por Simone Wenkert
páginas 9 e 10

DIVAGAR É PRECISO

With Climate in Mind: Psychoanalysts on Climate Breakdown

“Ainda não lançado no Brasil, o livro se ocupa dos impactos do colapso climático sobre a vida humana, a partir da pluralidade das visões de psicanalistas com variadas origens geográficas, culturais, teóricas e clínicas.”

Por Carlos Pires Leal
páginas 11 e 12

Fronteiras: quando as bordas vacilam

Falar de fronteiras em psicanálise é falar das linhas simbólicas e afetivas que sustentam nossa sensação de continuidade e pertencimento. Quando essas bordas se deslocam ou se tornam incertas, algo do sujeito é convocado a um trabalho psíquico particular. Atravessar uma fronteira implica, inevitavelmente, confrontar-se com o estranho, com o não sabido, com aquilo que escapa aos códigos habituais de reconhecimento. Nesse momento, o sentimento de desamparo – tão central à teoria psicanalítica – reaparece com força. É nesse ponto que o encontro com o infantil se torna inevitável.

Diante da perda ou do deslocamento das referências que nos sustentavam, reencontramos algo da posição infantil: a vulnerabilidade diante do desconhecido, a dependência do outro, a experiência de não saber. O infantil não aparece aqui como uma etapa ultrapassada do desenvolvimento, mas como uma dimensão permanente do psiquismo, que retorna sempre que as bordas que nos organizam vacilam.

Reconhecer essa experiência é fundamental. Sem esse reconhecimento, o desamparo tende a ser vivido apenas como ameaça ou perda. Quando pode ser simbolizado, porém, ele se torna também condição para aprender, criar e inventar novas formas de habitar o mundo.

Nenhuma travessia, no entanto, apaga aquilo que nos constituiu. As marcas primeiras – os sons, os cheiros, as músicas, os ritmos de outros tempos – permanecem inscritas e continuam a se atualizar ao longo da vida psíquica. Elas não ficam simplesmente para trás; tornam-se parte daquilo que levamos conosco ao atravessar novas fronteiras.

Talvez seja essa a condição própria do sujeito: viver entre bordas que se deslocam, carregando consigo camadas de experiência que insistem

em retornar, ao mesmo tempo em que se abre espaço para o novo. Entre memória e reinvenção, é nesse território intermediário que o trabalho psíquico – e também o trabalho psicanalítico – encontra seu campo.

Nesta edição do nosso Intervalo Analítico, propomos pensar as fronteiras não como linhas fixas, mas como zonas vivas de tensão, encontro e transformação. As palavras das copresidentes, Marcela Ouro Preto e Maria Noel Sertã, evocam o paradoxo constitutivo da experiência humana: entre criação e destruição, entre o cotidiano e o infinito, somos atravessados por forças que exigem trabalho psíquico constante. As fronteiras aqui aparecem como aquilo que sustenta os laços, permitindo que o excesso pulsional encontre destinos possíveis na cultura e no convívio.

Na matéria de capa, Carlos Tamm nos escreve sobre a clínica com pacientes em estados fronteiros – entre neurose e psicose, linguagem e silêncio – e revela o desafio de habitar esses limiares. A experiência com o autismo evidencia fronteiras frágeis ou intoleráveis, em que a separação ameaça o sujeito. O analista, ao oferecer continência, torna-se parceiro na construção de espaços psíquicos onde fragmentos podem adquirir forma e sentido.

Em *Fazendo a História*, trazemos o campo da análise de crianças, deslocando a fronteira para o *setting* e a técnica. Maria Inês N. E. Carneiro sustenta como a especificidade da linguagem infantil convoca o analista a sustentar limites claros sem ceder à tentação de simplificação ou entretenimento. O brincar, longe de ser mero recurso lúdico, é via de acesso ao indizível, onde a palavra poderá emergir como reorganização da experiência.

No Espaço dos Alunos e Membros Provisórios, Vin-



cenzo Sicari nos traz a reflexão teórica sobre como as fronteiras psíquicas articulam limites, alteridade e subjetivação. A fronteira é apresentada como espaço intermediário entre dentro e fora, eu e outro, onde se fundam tanto a proteção quanto a possibilidade de troca. Nos estados-limite, essa zona torna-se instável, exigindo do analista a função de continente capaz de sustentar e transformar.

Em *Psicanálise e Cia.*, o neurologista Alberto Piña Rodrigues discute como o legado de seu bisavô, pioneiro da psicanálise no Brasil, moldou sua visão sobre saúde mental. Rodrigues propõe uma distinção vital entre doenças categóricas e espectrais, aproximando-se da lógica freudiana de que a diferença entre o normal e o patológico é, muitas vezes, de grau e não de natureza. Ele alerta para o risco de patologizar dificuldades sociogênicas em uma sociedade cronicamente desatenta.

Por fim, em *Divagar é Preciso*, expandindo esses limites para o meio ambiente, Carlos Pires Leal apresenta a obra *With Climate in Mind*. O livro redefine o ambiente como um objeto mental primário, essencial para entender o “geotrauma” da crise climática. Através de uma perspectiva pós-colonial, a psicanálise é convocada a romper fronteiras disciplinares para enfrentar o desamparo e a pulsão de morte no Antropoceno.

Convidamos o leitor a habitar essas zonas de contato, onde o íntimo e o global se entrelaçam. Fronteiras, portanto, não encerram: inauguram. São nelas que a psicanálise encontra seu campo mais fértil.

// Simone Wenkert Rothstein

simonewr@rotx.com.br

// André Luiz Vale / alavale88@gmail.com



Sociedade Brasileira
de Psicanálise do
Rio de Janeiro

Filiada à Febrapsi, Fepal e IPA
sbprj.org.br

Siga-nos e se inscreva em nosso canal:



@SBPRJ



@sbprjoficial



@CanaldevideosSBPRJ

INTERVALO ANALÍTICO

Editora: Simone Wenkert Rothstein/ **Coeditor:** André Luiz Vale/ **Colaboradores do Intervalo Analítico:** Adriana Lasalvia, Bianca Boltje, Haydée Côrtes de Barros S. Pina Rodrigues / **Projeto Gráfico:** Fantastico Studio di Design / **Editoração:** Celyne Maués / **Revisão Ortográfica:** André Luiz Vale
As opiniões dos autores das matérias são de sua exclusiva responsabilidade e não refletem, necessariamente, as dos editores da publicação.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICANÁLISE DO RIO DE JANEIRO – CONSELHO DIRETOR 2025

Copresidentes: Marcela Ouro Preto Santos e Maria Noel Brena Sertã; **1ª Secretária:** Isabel Pessoa; **1ª Tesoureira:** Adriana Lasalvia; / **Instituto de Formação Psicanalítica:** Simone Grinapel Praes (Diretora), Margaret Waddington Binder (Vice-Diretora), Renata Martinelli (Secretária) / **Conselho Científico:** Mariana Neustein (Diretora), Gisela Gorrese (Secretária) / **Conselho Profissional:** Miguel Calmon du Pin e Almeida (Diretor), Maria de Fátima Amin (Secretária) / **Clínica Social:** Marina Miranda (Diretora), Monique Ribeiro de Assis (Secretária) / **Centro de Estudos Psicanalíticos:** Maria Fernanda Borges Rossi (Diretora), Haydée Côrtes de Barros S. Pina Rodrigues (Secretária) / **Departamento de Divulgação:** Eliane Marcellino (Diretora), Ana Luiza B. Fernandes (Secretária) / **Departamento de Difusão da Psicanálise:** Maria Lucia Moret (Diretora), Patrícia Borges de Figueiredo (Secretária) / **Departamento de Comunidade e Cultura (DCC):** Eloá Bittencourt Nóbrega (Diretora), Cristiane Blaha (Secretária)



Artemis II e o cotidiano

Uma expedição como a Artemis II faz parecer todo o resto tão infinitamente pequeno! Entretanto, a mesma capacidade tecnológica que nos oferece a possibilidade de orbitar a Lua, passando inclusive pelo seu lado oculto, é utilizada para promover a guerra e a destruição em escalas inimagináveis. Sabemos intimamente – e a partir da nossa clínica – que esse paradoxo, seguindo Freud, faz parte de nossa constituição psíquica. Convivem em nós Eros e Tânatos, podendo ambos ser combustíveis, simultaneamente, para a criação e para a destruição.

Se não há solução possível, podemos pensar que os laços sociais, a cultura e o trabalho psíquico promovem ligações, desviam os instintos destrutivos e viabilizam transformações. Nesse sentido, o nosso cotidiano, nosso pequeno mundo, com a sua carga afetiva, pode ser tão emocionalmente intenso e vasto quanto uma viagem ao espaço.

Ultrapassamos a metade do nosso percurso na gestão da Brasileira e, olhando para o que vivemos, podemos dizer que foi melhor do que de início imaginávamos. A experiência de copresidir a Sociedade afetou a nossa noção de tempo de maneira bastante peculiar. Se, por um lado, os dias, as semanas e os meses transcorreram com enorme velocidade, por outro, pareceria que o tempo se expandiu, abrindo-se em nossas vidas espaço para mais e mais. A nossa vivência é de que em um dia qualquer passaram a caber inúmeras trocas de mensagens, conversas, leituras, reflexões,

intercâmbios de ideias e decisões. E, no dia seguinte, mais. E no outro, também. E o que, a um primeiro olhar, poderia ser uma experiência desprazerosa, para nós foi motivo de satisfação. O desejo tem dessas coisas.

A copresidência tem sido um forte desafio relacional, primeiro entre nós duas e, depois, com as equipes que vêm trabalhando arduamente conosco. Finalmente, com os demais colegas, membros da Sociedade. Foi dentro desse espírito que empreendemos, no início deste ano, um projeto há tanto tempo necessário e desejado por muitos de nós: a reforma física da nossa sede na David Campista. Se, ao longo de dois meses, nos deparamos com os contratemplos e percalços que uma obra em uma casa antiga pode causar, ficarão em nossa memória os sorrisos, tão surpresos quanto agradecidos, dos colegas que puderam desfrutar da nossa nova casa, participando da aula de abertura do ano letivo e, no dia seguinte, da primeira sexta-feira de seminários no Instituto. Com o nosso *setting* renovado, estamos animadas para os meses que se aproximam. Dentre muitos projetos, iniciamos um trabalho com grupos, promovendo reflexão sobre os encontros analíticos à distância; viveremos o processo seletivo para uma nova turma no Instituto, agora provavelmente incluindo os núcleos de Salvador e Vitória; temos planejado eventos de alto valor científico e cultural; teremos mais uma série em podcast e planejamos eventos para a difusão da psicanálise; estamos organizando

cursos abrangendo uma boa diversidade de temas; a clínica social em franca atividade; prevemos, ainda, realizar melhorias no segundo andar da nossa casa, tanto em termos funcionais quanto tecnológicos; atualizaremos nossos estatutos, para incluir as mudanças recentemente aprovadas; em fase de conclusão está a organização e digitalização do nosso arquivo; uma nova equipe da TRIEB prepara o próximo número; o Intervalo Analítico segue firme e forte; vamos revisar o layout e formato das nossas peças para divulgação...

Projetos não faltam. A Brasileira é céu estrelado, tal a abundância e a simultaneidade de ideias, sonhos e planos. As portas estão abertas para receber aqueles que quiserem embarcar em algum projeto. Agradecemos a todos pela confiança e pela oportunidade que nos foi oferecida de poder devolver um pouco do que recebemos da SBPRJ.

// **Marcela Couto e Silva de O. Preto Santos**

Médica psicanalista, membro efetivo com funções específicas e copresidente da SBPRJ 2025/26
marcelaopsantos@gmail.com

// **Maria Noel Brena Sertã**

Psicanalista, membro efetivo, analista de crianças e adolescentes da SBPRJ e copresidente da SBPRJ 2025/26
marianoelbrena@gmail.com

Travessias



Comecei a me interessar pelo assunto do autismo atendendo pacientes que pareciam estar na fronteira entre a neurose e a psicose, entre o verbal e o não-verbal, entre momentos de contato e longos intervalos de recolhimento durante as sessões. Apesar da experiência com psicose, por vir da Psiquiatria, não sabia nada de autismo infantil, e fui ler a obra de Frances Tustin. Fiquei muito impressionado, mais ainda quando li os textos sobre barreiras autísticas em pacientes adultos neuróticos, dela e de Sidney Klein, e o texto sobre “*fear of breakdown*” (“medo do colapso”) de Winnicott. Numa visita ao Rio de Michael e Margaret Rustin, fiquei sabendo da possibilidade de fazer pesquisa clínica num doutorado da Tavistock com a Universidade de East London. Foi o impulso que faltava para realizar o antigo sonho de passar um tempo em Londres para estudar psicanálise de crianças e de adultos. O tema da linguagem e da sua possibilidade ou não de representar estados mentais

me interessava tanto na psicanálise quanto na literatura. A experiência de trabalhar com crianças autistas na Tavistock sob a supervisão de Maria Rhode e Margaret Rustin foi fundamental, ao mesmo tempo muito esclarecedora e difícil. Já trabalhando numa segunda língua, lutava para entender os padrões de comunicação idiossincráticos das crianças que eu atendia. Um menino que atendi abolia todos os espaços entre sílabas e palavras. Quando ele escrevia, eu “inseria” mentalmente as separações onde elas faltavam, mas na linguagem falada, só com esforço eu o compreendia. Mas as brincadeiras dele nas sessões ajudavam muito, e com o tempo percebi que ele não suportava os espaços de separação e precisava aglutinar tudo. Esse menino só ficava tranquilo comigo no consultório quando acreditava que eu era parte dele e assim não o ameaçava. Quando entendia interpretações nesse sentido ele pegava um megafone improvisado de papelão e gritava no meu ouvi-

do: “Shuuuuuuuuuuuuup!”.

Enquanto isso, vivíamos, eu e minha família, todo o processo de ambientação numa outra cultura. Eu tinha morado por um ano em Londres quando era jovem, numa situação totalmente diferente. Não sabíamos que ficaríamos aqui por tanto tempo – já são quase 20 anos. Uma das coisas mais fascinantes tem sido a convivência com todas as culturas, línguas e religiões que encontramos na sociedade multicultural que é hoje o Reino Unido, principalmente Londres. Imigrantes, refugiados, pessoas de segunda ou terceira geração aqui de tantas origens diferentes, e os sofrimentos que carregam, é parte da realidade diária de qualquer profissional trabalhando em saúde mental aqui.

O atendimento a crianças, adolescentes e adultos com traços autísticos foi só uma parte da minha trajetória na psicanálise inglesa, e nos últimos tempos vim me interessando muito pelos temas da onipotência em pacientes e analistas, da técnica psicanalítica e do desenvolvimento emocional, além da obra de Bion.

Acho que a psicanálise está numa posição privilegiada, funcionando como um jogo de linguagem específico, atuando nas fronteiras entre experiência corporal e somática, sentimentos e linguagem verbal. A experiência mostra que, mesmo quando os processos de comunicação compartilhada foram inibidos muito precocemente, o desenvolvimento pode ser, ao menos parcialmente, retomado a partir do contato com um analista-contínente. A partir do uso que o paciente pode fazer da função mental do analista, fragmentos podem ser transformados em narrativa e sentido, tijolos quebrados e dispersos podem começar a constituir projetos de construção. Como disse um editor de Cinema sobre seu trabalho, poderíamos dizer sobre o nosso: “Nós damos sentido aos sonhos de outras pessoas”.

// Carlos Tamm

Psiquiatra e psicanalista, membro efetivo da SBPRJ e da Sociedade Britânica de Psicanálise
ctammlessa2@gmail.com.



O analista e a análise de crianças



A análise de crianças e adolescentes não difere, em sua essência, da análise de adultos. Em ambas, a busca pelos aspectos primitivos da mente em relação ao objeto, os erros e os acertos desse momento inicial serão revividos na transferência, em busca de entendimentos mais amplos e mais sofisticados, que envolvem processos difíceis até a reparação.

Desejo esclarecer que me refiro a essa prática do ponto de vista kleiniano. Não faço concessões em número de sessões e não considero nossos consultórios como um local de entretenimento conduzido por um profissional. Existe grande diferença entre uma compreensão psicanalítica e um processo de análise. Do ponto de vista psicanalítico, podemos compreender um filme, um livro, as situações da vida cotidiana. Já o processo de análise supõe que um profissional qualificado receba em seu consultório os que ali chegam em busca de compreensão. O número de sessões é, no meu entendimento, necessário para que o que deveria ser o processo, necessariamente longo, não se transforme em algo do tipo "vou levar para minha análise", "meu analista disse", "preciso falar desse assunto na minha análise" e assim por diante. Não existe análise sem resistência. Uma sessão semanal conduz facilmente à reorganização das defesas, quando um núcleo fundamental começa a ser atingido. Estaríamos, assim, trabalhando a favor da resistência! Não podemos esquecer de que os que nos procuram estão frágeis. Vão, entretanto, se refugiar em suas defesas para evitar mudanças. Uma análise de sessões frequentes será importante aliado para nossa prática. E não haveria razão para ser diferente nas análises de crianças e adolescentes.

A *play technique*, criada por Melanie Klein e característica principal desse ponto de vista, considera que, no brincar, a mais natural das atividades infantis, estarão sendo vividos os conflitos das relações primitivas e seus desenvolvimentos até a possibilidade de sintomas, que é, com frequência, o que levam as crianças aos consultórios.

Nosso compromisso, então, será o de um analista com seu paciente: a busca do conflito em sua origem, uma prática de processo, portanto. Interpretamos, vivemos a transferência, experimentamos a contratransferên-

cia do mesmo lugar que nossa prática exige, o lugar do analista. Com adultos ou crianças, a transferência será nosso campo de ação, dentro de regras: a transferência é íntima sem intimidades, espontânea sem histrionismos e coloquial sem banalidades. Apenas estaremos nos dirigindo a pacientes que têm linguagem própria naquele momento da vida, a infância ou a adolescência. Assim, nas sessões, não são adequadas as falas *tatibitate* nem terceirização da própria presença. Infantilizar a linguagem nas interpretações, com palavras tipo "ai, que bonitinho", "que fofo seu ursinho" não é adequado. Uma criança é perfeitamente capaz de entender a linguagem que lhe dirige um adulto. Ali não há "tia" Fulana ou referência nominal a si próprio, como costumava fazer um conhecido jogador de futebol, como se fosse uma outra pessoa. Ali há um analista e um paciente, sendo que a idade de um da dupla configura uma criança ou um adolescente.

Um dos mais completos entendimentos sobre o que é um processo de análise me foi mostrado por um menino de sete anos. Disse-me, um dia, que tinha entendido o que era fazer análise e eu lhe pedi que me dissesse. A resposta: "É como arrumar uma estante. A gente não precisa jogar nenhum livro fora, mas pode juntar os maiores, limpar atrás, juntar os menores, arrumar também por cor se a gente preferir. São os mesmos livros, só que a gente pode ver melhor". Seria, portanto, quase ingênuo acreditar que uma criança em análise não é capaz de entender o que se passa entre analista e paciente.

Uma criança demanda do analista o exercício de uma função. O analista de criança não deve se omitir de interpretar, desde que a interpretação seja o resultado da situação total da transferência. Transferência/contratransferência, binômio inseparável, é onde as relações se expressam. Há o hoje, houve o ontem imediato e o mundo das relações primitivas, que comandam nossa vida como resultado. Essa é a situação total que deve ser considerada. Não é sempre que o analista deve se incluir na interpretação e não seria diferente com crianças. Aliás, me *interpretation* é prática cuidadosa que não pode ser banalizada, para que não se torne uma caricatura interpretativa. O conflito que está sendo vivido é nosso objetivo, atualizá-lo é nossa

função. Acho desnecessário que se faça diferença, no trabalho de análise, do que seja trabalhar a transferência ou na transferência. Ora, estamos o tempo todo na transferência. Portanto, estamos presentes e vivos, sem que haja necessidade de me *interpretation* para que esse fato fique expresso.

Brincar com uma criança no consultório não é a ausência de nossa prática, é o meio para chegar ao que não pode ainda ser falado e entendido e há técnica para esse exercício. A palavra, portanto, será o resultado final, a criança analisada pelo brincar se expressará quando lhe for possível, mas tem capacidade para entender o que se passa nos consultórios.

A possibilidade de exercermos nossa prática também com crianças e adolescentes não é fortuita. Há um estudo específico, uma técnica a ser aperfeiçoada, um conhecimento a ser desenvolvido. Mas, principalmente, uma escolha a ser feita. Considero difícil ser analista de crianças. Antes da opção por sê-lo, será necessária uma reflexão sobre a prática, sobre as aptidões pessoais para o exercício, para que o resultado não seja decepcionante! Assim, não penso que todos os analistas tenham aptidão para a análise infantil. Nossas personalidades são diferentes, nossas capacidades para a busca por conhecimento também e há ainda a considerar a disponibilidade para suportar os percalços que podem ocorrer, como xixi ou mesmo cocô durante as sessões, chutes, atirar objetos, e não perder o foco em que ali há um analista e um paciente. Tolerância será um requisito indispensável, então.

Manter a serenidade tanto quanto possível não é fácil. Como consultório não é *playground*, como dito acima, será parte do *setting* onde exerceremos nossa função. Seja com adultos, crianças ou adolescentes. Ainda a considerar há as telas, o celular, os jogos eletrônicos, o computador... Heranças da pandemia que podem ameaçar nosso estatuto primeiro, a presença. É por tudo isso que aqueles que pretendem viver a aventura bela e difícil dessa prática, o façam com a consciência de que o caminho não é em linha reta.

**// Maria Inês Neuenschwander
Escosteguy Carneiro**

Membro efetivo com funções específicas do Instituto SBPRJ, analista de adultos, crianças e adolescentes



Fronteiras psíquicas: limites, alteridade e processos de subjetivação

“Se vos sentásseis numa nuvem, não veríeis a fronteira entre um país e outro, nem o limite entre uma fazenda e outra. É uma pena que não possais sentar-vos numa nuvem.” (Khalil Gibran, *Areia e espuma: Um livro de pensamentos*).

A palavra “fronteira” deriva do francês *frontière* (século XIII), de *front*, do latim *frons*, *frontis* (frente), e associa-se também à ideia de limite, do latim *limes*, ligado a *limen* (limiar, passagem). Diferentemente de *confim* (finis, fim ou marco), a fronteira não indica apenas um término fixo, mas uma zona dinâmica de contato, confronto e interação. No mundo grego e romano, teve um papel fundamental, separando a ordem do caos, a civilização do mundo bárbaro, e garantindo, por meio do *horos* (limite), a estabilidade social frente ao medo da *hybris* (excesso). Historicamente vinculada ao *front* militar e territorial, a fronteira expressa movimento e expansão e, hoje, designa a linha de divisa ou a faixa adjacente entre territórios, marcada tanto por controle quanto por circulação e trocas culturais.

Na psicanálise, fronteiras, limites e bordas são fundamentais para o funcionamento psíquico e para os processos de transformação e possível cura. Elas operam como zonas de transição entre o Eu e o Outro, organizando a separação-indivuação, mas também como estruturas defensivas que protegem contra o excesso pulsional, o trauma e a intrusão, estando implicadas em quadros como ansiedade, agorafobia/claustrofobia, estados *borderline*, dentre outros. Freud, ao longo de toda a sua obra, recorreu aos conceitos de *Grenze* (fronteira) e *Schranke* (barreira) para pensar a estrutura da mente humana: entre consciente e inconsciente, entre interno e externo, e entre indivíduo e sociedade, atribuindo ao Eu a função de limite e de proteção contra estímulos.

Assim como a etimologia de “*confim*” revela um paradoxo, *cum* (junto) e *finis* (limite), a relação inicial entre mãe e bebê é marcada por uma fusão indiferenciada, da qual progressivamente emerge um limite que os distingue. O processo de subjetivação e de reconhecimento do objeto depende, então, da capacidade deste de deixar-se marcar e transformar, mantendo-se estável, confiável e continente.

Bick (1968) formulou a noção de pele psíquica, entendida como um objeto continente introjetado a partir da relação primária com a mãe (ou seio), cuja função é manter unidas as partes ainda não integradas do bebê. Em seu estado inicial, a personalidade é vivida como fragmentada, sem coesão interna, e a pele funciona como um limite que sustenta passivamente essa unidade precária. A constituição dessa “pele” depende da introjeção de um objeto externo capaz de exercer uma função de contenção, permitindo a formação das primeiras fantasias de espaço interno e externo. O objeto continente é então experimentado como uma pele psíquica, responsável por estabelecer as fronteiras iniciais entre dentro e fora, eu e mundo. Anzieu (1985), com o conceito de Eu-pele, aprofundou essa perspectiva ao definir a pele como interface protetora e continente do mundo interno, primeiro modelo de flexibilidade e de delimitação do sujeito. Para Roussillon (2007), o Eu-pele responde à problemática central da diferenciação entre Eu e não-Eu, oferecendo a base psíquica para a constituição dos limites subjetivos.

A problemática das fronteiras é central nos estados-limite. Como afirma Green (1991), esses casos situam-se menos sobre uma linha nítida de fronteira do que em uma “terra de ninguém”, um território de limites fluidos e instáveis entre normalidade e patologia. O conceito de limite, nesse sentido, não pertence exclusivamente nem à psiquiatria nem à psicanálise, podendo ser considerado um eixo fundamental da clínica contemporânea. Para La Scala (2012), o *confim* designa uma função de delimitação que confere unidade e coesão ao sujeito, enquanto a fronteira implica necessariamente a relação com a alteridade e a organização das trocas entre dentro e fora.

Para Kernberg (1975), os estados-limite não constituem uma condição intermediária, mas uma organização patológica de personalidade estável, caracterizada pelo predomínio de defesas primitivas, como cisão e identificação projetiva, por difusão de

identidade e por falhas transitórias no teste de realidade, que, no conjunto, se mantém preservado.

Bolognini (2019), por sua vez, entende o *border* (limite) como marcado por uma carência de experiências fundamentais na área intermediária de troca com o objeto, o que leva o sujeito a buscar, nas relações, aquilo de que foi privado. Cabe ao analista, então, oferecer uma experiência de contenção que possibilite a construção de limites psíquicos mais integrados e potencialmente transformadores.

Enfim, a fronteira não se reduz a um limite fixo (*confim*), mas designa um espaço dinâmico de constituição do sujeito, no qual se jogam a diferenciação Eu/não-Eu, a relação com a alteridade e a possibilidade de transformação psíquica.

Referências

- Anzieu, D. (1988). O Eu-pele. Casa do Psicólogo.
- Bick, E. (1968). The experience of the skin in early object-relations. *The International Journal of Psychoanalysis*, 49, 484–486.
- Bolognini, S. (2019). *Flussi vitali tra Sé e non-Sé: L’interspichico*. Raffaello Cortina Editore.
- Gibran, K. (1969). *Areia e espuma: Um livro de pensamentos*. Ediouro.
- Green, A. (1996). *Psicoanalisi degli stati limite: La follia privata*. Raffaello Cortina Editore.
- Kernberg, O. F. (1978). *Sindromi marginali e narcisismo patologico*. Boringhieri.
- La Scala, M. (2012). *Spazi e limiti psichici: Fobie spaziali, funzionamento borderline, la vergogna, la melanconia* (Vol. 13). Franco Angeli.
- Roussillon, R. (2007). *Le Moi-peau et la réflexivité*. *Le Carnet Psy*, (118), 23–27.

// Vincenzo Sicari

Advogado e psicólogo,
membro provisório da SBPRJ
enzosicari@hotmail.com

Alberto Piña Rodrigues

Médico neurologista, formado pela UFRJ. Professor da Escola de Medicina da Faculdade Souza Marques. Diretor Médico do CBTEA. Pós-graduado em Transtornos do Neurodesenvolvimento. MBA pelo Coppead/UFRJ.

Nas fronteiras entre o normal e o patológico

S.: Alberto, fala de como ou o que você se lembra do seu bisavô, da psicanálise invadindo as fronteiras entre sociedade, consultório e a vivência familiar. O que ficou pra você do seu bisavô, que era psicanalista e um dos fundadores da psicanálise no Brasil?

A.: Simone, parece que algo de nós atravessa a morte e segue adiante. Apesar de eu ter apenas seis anos quando meu bisavô faleceu, sua presença entre nós ainda é viva. Para você ter uma ideia da permanência dele, trabalho em uma clínica de neuropsiquiatria ligada a um instituto que leva seu nome e sobrenome – projeto idealizado por um dos meus tios. É curioso falar disso porque não usamos a psicanálise como terapêutica, mas isso é papo para outro dia.

Voltando a sua pergunta: ele sempre foi muito importante para a família, daquele tipo de pessoa que é referência em muitos sentidos. Você me pergunta sobre as fronteiras e é difícil contar essa história separadamente, já que tudo é um pouco orgânico na minha casa de origem. Minha mãe é psicanalista; fazer análise sempre foi algo natural. Sou neurologista e minha escolha, certamente, tem relação com tudo isso. E, para fechar o panorama, tenho um irmão se encaminhando para a residência em psiquiatria.

Além disso, você pode imaginar quantas vezes vi minha mãe sair de casa para ir às reuniões na Sociedade? Ou o quanto já ouvi a respeito dos pioneiros na psicanálise que chegaram aqui, vindos do velho mundo? Minha bisavó faleceu aos 102 anos – essa, sim, tive muito contato – e acho que ela também era psicanalista, só não tinha formação rsrsrs.

Enfim, como você vê, é difícil separar o que

veio e de onde veio. O mundo psi faz parte da minha formação e as fronteiras são absolutamente tênues.

S.: Freud era neurologista como você e desenvolveu sua obra em um contexto fortemente marcado por um paradigma mecanicista. Sua produção teórico-clínica implicou rupturas importantes com esse modelo. Freud propôs que o chamado normal não se distingue qualitativamente do patológico, mas, sobretudo, em termos de quantidade, introduzindo uma lógica de continuidade entre saúde e adoecimento psíquico. Como você compreende, à luz dessa perspectiva, os debates contemporâneos sobre neurodiversidade?

A.: Uma forma prática de organizar essa discussão é separar as doenças, na medicina, em dois grandes grupos: as doenças categóricas e as doenças espectrais. As doenças categóricas são aquelas em que, do ponto de vista clínico, a pessoa tem ou não tem a condição. Existe uma ruptura mais clara entre estar saudável e estar doente. É o caso, por exemplo, de infecções como influenza ou sífilis, ou de doenças genéticas, como a doença de Huntington, a hemofilia ou a anemia falciforme.

Já as doenças espectrais funcionam de outra maneira. Nelas, não existe uma fronteira natural bem definida entre o normal e o patológico. O que existe é uma gradação de características que estão distribuídas na população. O que muda não é a presença ou a ausência de um traço, mas sua intensidade, sua frequência e, principalmente, o quanto ele interfere no funcionamento, dia a dia, daquela pessoa.

O transtorno do espectro autista é um bom exemplo disso. Dificuldades na comunicação social, maior rigidez cognitiva ou particularida-



des no uso da linguagem podem existir, em algum grau, também em pessoas típicas. O que define o transtorno não é a presença isolada desses traços, mas a combinação entre eles e o prejuízo funcional associado, ou seja, o impacto real na vida social, escolar ou profissional.

Esse modo de pensar nos aproxima de Freud, na medida em que reconhece que, em muitas condições, a diferença entre o normal e o patológico é mais de grau do que de natureza. Na prática médica, somos obrigados a estabelecer categorias, pontos de corte e diagnósticos operacionais, mesmo sabendo que eles não correspondem a fronteiras naturais do funcionamento humano. Ou seja, reconhecemos o caráter contínuo e espectral de muitas condições, mas precisamos, por razões clínicas, éticas e institucionais, transformá-las em categorias para poder cuidar, tratar e tomar decisões.

S.: Há poucas semanas, um jornal carioca publicou uma matéria assentada em pesquisa realizada na Universidade de Stanford, que sugere que o autismo pode ser fruto da evolução biológica do cérebro humano. De que maneira compreender essa proposta?

A.: O artigo que você menciona é sério, vem de uma universidade respeitada e foi conduzido por pesquisadores sólidos. O problema não é o estudo, mas a forma como o resultado foi apresentado. O título dado pela mídia à conclusão dos autores acaba por sensacionalizar um achado científico que é, na verdade, bem mais complexo do que parece.

Os pesquisadores compararam o cérebro humano com o de outros primatas, como chimpanzés, gorilas e macacos. Eles analisaram quais tipos de células do córtex apresentaram

"Esse modo de pensar nos aproxima de Freud, na medida em que reconhece que, em muitas condições, a diferença entre o normal e o patológico é mais de grau do que de natureza."

mudanças mais aceleradas ao longo da evolução. O principal achado foi que um tipo específico de neurônio, envolvido na comunicação entre diferentes áreas do cérebro e associado a funções cognitivas mais complexas, como linguagem e raciocínio, se tornou mais abundante e evoluiu mais rapidamente nos humanos. Isso caracteriza um processo de seleção positiva, ou seja, alguma vantagem adaptativa esteve envolvida.

É importante fazer uma correção técnica aqui. Não se trata de um único "gene do autismo". O que mudou foi um tipo de célula cerebral, definido pela ação conjunta de vários genes. O fato de esse tipo de neurônio ter evoluído de forma acelerada nos humanos foge um pouco do padrão e, por isso, chama atenção.

Os próprios autores deixam claro que não sabem qual foi exatamente a vantagem selecionada. Pode ter relação com linguagem, inteligência ou outras capacidades cognitivas humanas mais complexas. O que o estudo sugere é que essa mesma adaptação, que trouxe ganhos para o cérebro humano, também aumentou a vulnerabilidade ao autismo. Ou seja, o autismo não foi selecionado pela evolução. Ele aparece como um efeito colateral de processos evolutivos que favoreceram certas capacidades cognitivas. Por isso, a ideia de que a evolução humana teria produzido um "cérebro autista" é uma leitura midiática simplificadora e incorreta do estudo.

S.: Alberto, fala-se muito que enfrentamos uma "epidemia" de autismo e de TDAH. Temos mais casos hoje em dia ou temos mais conhecimento?

A.: Essa pergunta é importante, e vou organizar a resposta em blocos para facilitar o raciocínio.

É fundamental esclarecer o uso do termo "epidemia". Do ponto de vista técnico e conceitual, hoje não há evidência científica que permita afirmar que exista uma epidemia de autismo ou de TDAH. O que observamos é um aumento da prevalência dos diagnósticos, o que não é a mesma coisa. Falar em epidemia implica supor um aumento real de novos casos associado a causas identificáveis. Já o aumento da prevalência pode ocorrer porque estamos olhando mais, diagnosticando mais e ampliando os critérios de reconhecimento desses quadros.

Isso nos leva de volta a sua pergunta: temos mais casos hoje ou mais conhecimento? No autismo, boa parte do aumento se explica por mudanças nos critérios diagnósticos, maior sensibilização de profissionais e famílias e, sobretudo, por um fenômeno bem conhecido de substituição diagnóstica. Indivíduos que antes eram classificados como portadores de déficit intelectual, o antigo "retardo mental", passaram a receber diagnóstico de transtorno do espectro autista à medida que os critérios se tornaram mais refinados e mais abrangentes. Ou seja, não se trata necessariamente de novos casos, mas de uma nova forma de nomear quadros que já existiam.

No TDAH, o cenário é ainda mais delicado. Houve, sem dúvida, maior reconhecimento do transtorno, o que é um avanço. Ao mesmo tempo, cresce o risco de se transformar dificuldades comuns da vida contemporânea em diagnósticos. Aqui entra uma distinção que me parece central: o que é patológico e o que é sociogênico. O TDAH é um transtorno do neurodesenvolvimento, com início na infância, antes dos 12 anos, e que atravessa a história do sujeito. Dificuldades de atenção que surgem apenas mais tarde, em resposta a mudanças

no modo de vida, não caracterizam, por si só, esse transtorno. É nesse ponto que surgem fatores como pais igualmente desatentos, crianças imersas em múltiplos estímulos e uma sociedade que exige atenção fragmentada o tempo todo.

Vivemos hoje em um ambiente que disputa permanentemente a nossa atenção. Redes sociais, excesso de estímulos, trabalho fragmentado e a expectativa de estarmos sempre disponíveis criam um cenário em que a desatenção se torna quase a norma. Estamos mais fragmentados no tempo e no espaço. O cérebro humano, e o sujeito humano, não funcionam bem em regime de multitarefa constante. Isso gera cansaço, dispersão e sensação de improdutividade, o que não deve ser automaticamente confundido com doença.

Nesse contexto, é comum que ansiedade e depressão se expressem como dificuldade de concentração, simulando sintomas de desatenção. O risco está em responder a impasses do laço social e da organização contemporânea da vida apenas com rótulos diagnósticos. Isso não significa negar a existência do TDAH, que é um transtorno real, mas reconhecer que nem toda desatenção é TDAH.

Em síntese, não vivemos uma epidemia de TDAH. Vivemos uma sociedade profundamente desatenta. O desafio atual é sustentar a fronteira entre o sofrimento psíquico produzido pelo contexto e os transtornos do neurodesenvolvimento, evitando tanto a banalização do diagnóstico quanto a negligência de quem, de fato, precisa de cuidado.

// Simone Wenkert Rothstein
Membro associado da SBPRJ
simonewr@rotx.com.br



*With Climate in Mind: Psychoanalysts on Climate Breakdown*¹

O lançamento do livro *Com o clima em mente: os psicanalistas e o colapso climático* (tradução livre) é um marco editorial notável no campo da psicanálise e da cultura.² As editoras, Sally Weintrobe e Lynne Zeavin, são autoras de primeira grandeza. Ocupam-se, com base na psicanálise, em compreender as grandes questões e os impasses da cultura contemporânea, destacando a crise climática.

Ainda não lançado no Brasil, o livro se ocupa dos impactos do colapso climático sobre a vida humana, a partir da pluralidade das visões de psicanalistas com variadas origens geográficas, culturais, teóricas e clínicas.

Para nós brasileiros é especial a participação da colega Maria Luiza Gastal em dois dos 16 capítulos: no 9 “Vivendo na crise climática: uma perspectiva psicanalítica pós-colonial” e no 10 “Expandindo horizontes: estreitando laços entre humanos e não-humanos para permanecer no mundo”.

Gastal é uma psicanalista conhecida dos brasileiros por sua extensa e criativa produção sobre temas psicanalíticos que lançam luz sobre a experiência da crise climática. Sua formação inicial em biologia e doutoramento em ecologia pela Universidade de Brasília fertilizam as reflexões sobre as interações múltiplas e complexas entre o ambiente e a mente humana.

Entre as várias contribuições originais do livro destaca-se o lugar do ambiente na mente humana – sempre com base na referência psicanalítica. Não se trata apenas da designação genérica da ocupação de um lugar relevante do ambiente na mente. Todos os autores defendem e sustentam a centralidade do ambiente como um objeto mental primário interno. A interdependência entre realidade externa e realidade interna é expandida e reconsiderada em sua complexidade e desdobramentos diversos.

Os autores indicam que muitos analistas contemporâneos concedem à realidade externa um valor limitado, por vezes irrelevante. Seus textos são convincentes em demonstrar que a psicanálise se revigora e se expande teórica e clinicamente quando incorpora o ambiente como objeto psíquico com equivalência aos objetos parentais primários. O conceito de hiperobjeto é um dos operadores instigantes para a compreensão do que um dos autores denomina geotrauma: a natureza teria se tornado um pano de fundo de estranheza inquietante. Uma ideia-mãe dos nossos tempos.

O conjunto dos textos é encadeado por 4 eixos: o “principalmente clínico”, o “principalmente teórico”, o “principalmente relacionado à natureza” e o último relacionado à pesquisa.

Os autores Delaram Habibi-Kohlen, Lynne Zeavin, Karyn Todes, Sally Weintrobe, Alfredo Lombardozzi e Don Moss levantam questões cruciais para a prática clínica. Entre elas a policrise gerada pelas mudanças climáticas, a precocidade com que o mundo natural faz parte das nossas vidas e o fogo cruzado do jogo transferencial-contratransferencial quando a crise climática entra nos nossos consultórios. O impacto sobre o cenário clínico decorrente da forma como o analista vê e sente o mundo, os sonhos e a crise climática constituem outras questões abordadas por eles. Um convite provocador mereceu um texto inteiro, o capítulo 6: “Os humanos realmente querem sobreviver?”.

No capítulo 7, o artigo de Harold Searles de 1972 é reproduzido na íntegra, abrindo o eixo teórico do livro. É considerado um texto histórico pelo pioneirismo de propor a questão da crise climática como tema para a psicanálise. É admirável sua atualidade após ter sido escrito há mais de meio século, e sintomático como foi solenemente ignorado pela comunidade psicanalítica até recentemente. Questões como o consumismo, a relação entre os humanos e o mundo natural e a ideia instigante de que destruímos o Planeta para que não tenhamos nada a perder quando morrermos, foram antecipadas pelo autor norte-americano.

Ainda dentro do eixo teórico autores como Cristina Bauriedl-Schmidt, Markus Fellner, Mônica Krimmer e Hans-Jürgen Wirth nos convocam a pensar sobre o dever da atual geração de promover uma cultura do cuidado e de assumirmos a responsabilidade pela nossa vulnerabilidade – o que

1972 é reproduzido na íntegra, abrindo o eixo teórico do livro. É considerado um texto histórico pelo pioneirismo de propor a questão da crise climática como tema para a psicanálise. É admirável sua atualidade após ter sido escrito há mais de meio século, e sintomático como foi solenemente ignorado pela comunidade psicanalítica até recentemente. Questões como o consumismo, a relação entre os humanos e o mundo natural e a ideia instigante de que destruímos o Planeta para que não tenhamos nada a perder quando morrermos, foram antecipadas pelo autor norte-americano.

Ainda dentro do eixo teórico autores como Cristina Bauriedl-Schmidt, Markus Fellner, Mônica Krimmer e Hans-Jürgen Wirth nos convocam a pensar sobre o dever da atual geração de promover uma cultura do cuidado e de assumirmos a responsabilidade pela nossa vulnerabilidade – o que

PLEASE JOIN US TO CELEBRATE THE LAUNCH OF

With Climate in Mind
Psychoanalysts on Climate Breakdown

EDITED BY
SALLY WEINTROBE AND LYNNE ZEAVIN

THURSDAY, APRIL 23, 2026

THE FREUD MUSEUM
20 MARESFIELD GARDENS, LONDON N3 5SX
6 TO 8 PM / DRINKS & LIGHT FARE
DISCUSSION OF THE BOOK FROM 6:30-7:15
(IN PERSON AND ONLINE)

If you are not able to be with us in person, you are welcome to join us online for a hybrid discussion of the book with speakers W. John Kress, PhD, Distinguished Scientist; Professor Emeritus Paul Hoggett, co-founder of the Climate Psychology Alliance; and Sally Weintrobe and Lynne Zeavin.

TINYURL.COM/FREUDZOOM
MEETING ID: 893 3408 4258 PASSCODE: 407638
RSVP: DRLYNNE.ZEAVIN@GMAIL.COM

vai além, ou deveria, dos limites da nossa própria geração.

A pandemia que abalou o Planeta nos anos de 2020/2021 gerou uma experiência de desamparo em grande escala amplificada pela violência de governos da extrema direita que pareciam celebrar a morte: cortes de assistência social, xenofobia, racismo e violência foram observados no Brasil e em diversos outros países. A reflexão é da colega Maria Luiza Gastal no capítulo 9: “Vivendo na crise climática: um ponto de vista psicanalítico pós-colonial”. A autora constata que a pandemia não nos transformou tanto quanto seria esperado. Pelo contrário, parece ter induzido reações fóbicas, incrementando o narcisismo e ampliando a pulsão de morte. Gastal, no capítulo 10: “Horizontes estendidos: estreitando os laços entre humanos e não humanos para permanecer no mundo”, exorta-nos a repensar a relação entre psicanálise e natureza como uma imposição ética da psicanálise contemporânea.

O conceito de necropolítica no contexto do Antropoceno é explorado por Lynne Zeavin, no capítulo 11, sua segunda contribuição ao livro. A autora tece comentários sobre uma questão central para a cultura contemporânea: as alterações da cognição humana sob o impacto da tecnologia e do capitalismo. Essa questão é essencial para compreensão da falta coletiva de engajamento na luta contra a destruição do Planeta em decorrência da crise climática. O eixo que discute as questões principalmente relacionadas à natureza se distribui em quatro capítulos, escritos por Lindsay L. Clarkson, Sally Weintrobe, Pushpa Misra e Lucas Magnenat. Há alguns temas reiterados e abordados de formas distintas pelos autores, entre eles a atribuição de um valor benevolente à natureza (considerada como um objeto de identificação primária) danificada pela ação humana. Merece atenção o conceito de hiperobjeto: o que é, a princípio, benevolente e se torna, pela incidência humana, um geotrauma e uma “desilusão ecológica”.

A marca multicultural do livro é assegura-

da pelos olhares plurais de colegas da Alemanha, Estados Unidos, Brasil, Itália, Suíça, Austrália, Inglaterra e Índia. O que favorece a investigação de um campo multifacetado, essencialmente complexo.

O último capítulo investiga, por meio de pesquisa de campo, como se desenvolve a relação com a natureza e o não humano em suas representações internas. A proposta é lançar luz sobre uma contradição que marca, em todos os quadrantes do Planeta, a subjetividade humana em relação à crise climática e a nossa relação com o Planeta: como podem coexistir em nós a veneração à natureza lado a lado com as nossas atitudes em destruí-la?

Pushpa Misra e Jhelum Podder, indianas, são parceiras em várias investigações que levam em conta as repercussões da crise climática em comunidades rurais e urbanas da Índia – país mais populoso do Planeta e o terceiro maior emissor de gases de efeito estufa do mundo. Os resultados da pesquisa são extremamente interessantes indicando como a natureza é concebida como mãe fonte de abrigo e alimento, um playground e uma confidente. Entre outros aspectos, pesquisas como essa permitem “desocidentalizar” a compreensão das formas de experimentar as relações com a natureza e o não humano. Finalizo onde as editoras do livro iniciam a escrita, a dedicatória de sua obra: Dedicamos este livro aos nossos netos, Ollie Humphreys, Jessica Humphreys, Lotte Rometsch, Lusha Rometsch, Roko Plevnik, Mila Plevnik e Malachia Timothy O’Brien.

Não faz diferença se eles se importarão com o conteúdo do livro. Se são netos em idade madura ou se são jovens. Se têm interesse pela psicanálise ou por ela não nutrem apreço. O relevante aqui parece ser o compromisso e a responsabilidade por parte de sua ancestralidade com a viabilidade da vida futura. Como viveremos na memória dos nossos sobreviventes?

A palavra esperança aparece 35 vezes no livro. Associa-se à capacidade de autorreparação, à preservação das funções do ego, ao que a promove ou a afeta, como ingenuidade ou compromisso, à oposição com

a desesperança, à expectativa de um processo de mudança, à proteção contra a depressão, ao enfrentamento do horror interno, à liberação de ameaças primárias, à persistência do trabalho de elaboração, à expectativa de uma mudança radical de nos relacionar com o Planeta e à esperança de oferecer contribuições que estimulem olhar e pensar mudanças coletivamente: um “ideal de nós”.

A minha esperança é que o mercado editorial brasileiro compreenda o valor desse livro para a cultura e para a psicanálise brasileira e o publique com brevidade no nosso país.

// Carlos Pires Leal¹

Membro efetivo com funções específicas do Instituto da SBPRJ
carlospiresleal@gmail.com

¹Resenha publicada originalmente em ALTER – Revista de Estudos Psicanalíticos, 40(1/2), 209-213, 2025.

²O livro será lançado no Museu Freud, em Londres, 23/04.

Editoras: Sally Weintrobe, Lynne Zeavin
Editora: Routledge, 2025

